

FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA PELO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL 1990 – 2005

Frida Liliana Cárdenaz DÍAS

Graduação em Zootecnia. Universidad Nacional Agraria de la Selva, UNAS, Peru.
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP- Campus de Jaboticabal

José Gilberto De SOUZA

Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias FCAV –
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP – Campus de Jaboticabal
jgilbert@rc.unesp.br

Ana Claudia Giannini BORGES

Professora da da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias FCAV –
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP- Campus de Jaboticabal

RESUMO:

A pesquisa analisa a trajetória de financiamento na produção de frango pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1990 e 2005 nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dados permitiram identificar a inversão de recursos na produção e as análises apontam para a importância das políticas macroeconômicas implementadas no país ao longo do período e que marcam as inflexões nas trajetórias de crédito e produção em relação a demanda doméstica no início da década de 90. Identifica-se um período de incerteza de produção e inversão de recursos em função da crise econômica no período de 1997-1999, alterando no início dos anos 2000, comprovando a importância do câmbio no comportamento do crédito e do consumo, bem como a influência das crises sanitárias ocorridas na Europa.

PALAVRAS-CHAVE: crédito rural; produção de frango; políticas macroeconômicas; Brasil.

ABSTRACT:

The objective of this study was to analyze the financial trajectory of the chicken and egg production by means of Rural Credit System, since 1990 to 2005, in Sao Paulo, Minas Gerais, Parana, Santa Katrina and Rio Grande do Soul (Brazil). The data allow identifying the high amount of resources investment to produce chicken production. The analysis point toward the importance the macroeconomic polices implemented in the country during the whole period, where we can see the inflexion in the trajectory of the credit and production in relation to the domestic demand in the beginning of the 1990 decade, with the economic stabilization plans identifying uncertainty period of production inverting the resources in function to the economic crisis that overtake the country between 1997 - 1999, but changed in the beginning of 2000, in function to the national money devaluation in 1999 and the European sanitary crisis.

KEYWORDS: Rural credit; chicken production; macroeconomic polices; Brazil.

INTRODUÇÃO

Desde o início da produção de frangos de corte no Brasil no início dos anos 1950, a cadeia produtiva modernizou-se e continua buscando formas de melhorar seu desempenho diante da necessidade de redução de custos e aumento de produtividade, objetivando não perder competitividade em nível mundial.

Os mercados consumidores crescem de forma significativa e levam os produtores a criarem grandes expectativas para seus próprios negócios. A modernização agrícola brasileira teve o seu período de maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir dos anos 1960 e essa modernização se tornou compulsória, integrando cada vez a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços.

O crédito rural estimulou os investimentos rurais, garantindo o valor de custeio da produção e comercialização e conseqüentemente favorecendo o setor rural, o qual é responsável pela produção de alimentos. Além disto, favoreceu o desenvolvimento de tecnologias que promovem a melhoria da produtividade e o aumento da produção de alimentos, embora se tenha clareza de seus equívocos, sobretudo que tange sua trajetória seletiva, colocando a margem desse processo quantidade significativa de pequenos e médios agricultores.

Neste trabalho, a trajetória de financiamento na produção de frango é analisada mediante os indicadores os dados de contratação crédito durante os anos de 1990 e 2005 nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O período é escolhido em decorrência das inflexões apresentadas pelo câmbio, considerando que a partir deste período as flutuações foram reduzidas não alterando o comportamento dos agentes tomadores.

METODOLOGIA

Os dados que demonstram a evolução da produção de frango nos cinco estados em estudo foram obtidos a partir do Anualpec (FNP, 2010), e são apresentados com médias anuais, abrangendo os anos de 1990 a 2005.

Para determinação do padrão de financiamento do setor avícola foram utilizados os dados obtidos do Anuário Estatístico de Crédito Rural, publicados pelo Banco Central do Brasil (BC),

referente a cada ano avaliado. Os valores são expressos em Reais (R\$), atualizados com base no IGP-DI, base agosto de 2010, nas modalidades de crédito Custeio e Investimento.

PRODUÇÃO E CONSUMO DE FRANGO

As mudanças que ocorreram na economia nacional e internacional forçaram a modernização das indústrias processadoras e, conseqüentemente, dos diferentes elos de sua cadeia. Esse é o caso da avicultura de corte, na qual a estrutura de produção do frango vivo esta se modernizando em decorrência da necessidade de redução de custo e aumento de produtividade.

Estes progressos foram obtidos pelos avanços em genética, nutrição e sanidade, mediante instalação de equipamentos desenhados especificamente para atender às novas exigências da produção em larga escala (CANEVER, et al. 1998).

O desenvolvimento dessa atividade no Brasil ocorreu a partir do final da década de 1950, nos estados do Sudeste, principalmente em São Paulo, com as fábricas de ração instaladas nesta região. Posteriormente, na década de 1970, período em que houve profunda reorganização do complexo de carnes no Brasil, a atividade se deslocou para a região Sul, considerando a produção de insumos e a organização fundiária, com importância minifundista, que favorecia os processos de integração.

No início da década de 1970, a Empresa Sadia trouxe dos Estados Unidos o modelo de produção integrada e implantou-o na região oeste de Santa Catarina, que foi logo adotado por outras empresas, ocasionando grande impulso na avicultura brasileira. Nesta década ocorreu grande expansão da produção e consumo interno, além da conquista de uma fração do mercado externo (MENDES, SALDANHA, 2004).

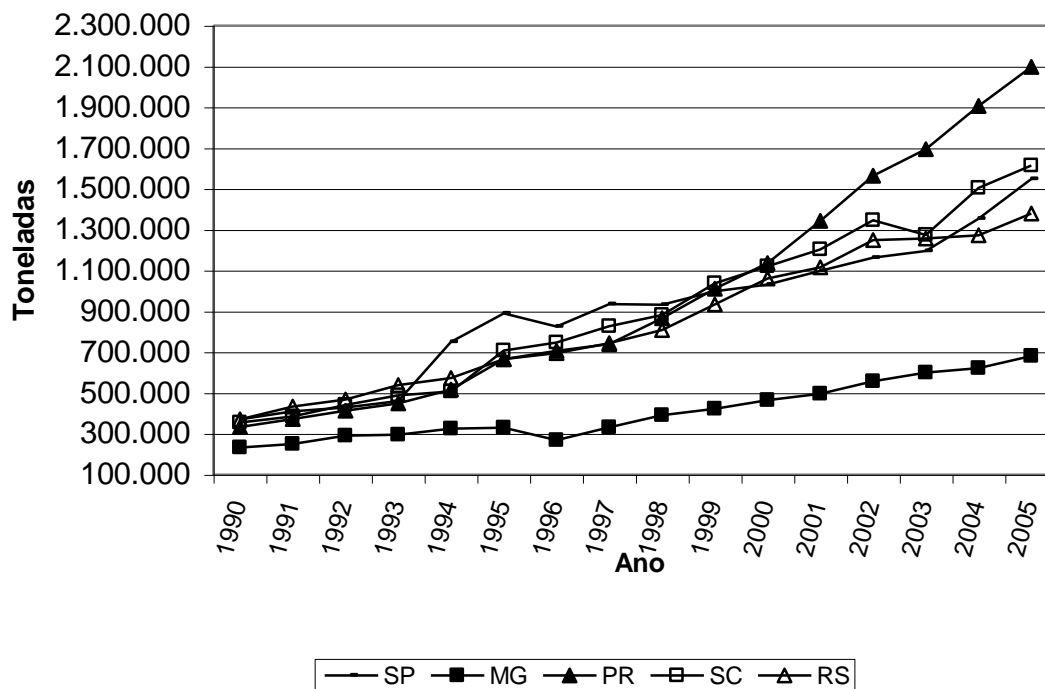
Em 1986, quando o Brasil vivenciava o primeiro de vários planos econômicos, após a crise do início dos anos 80, o consumo per capita de carne de frango já havia quase dobrado.

Aparentemente, a dificuldade observada no abastecimento de carne bovina em 1986 impulsionou ainda mais o consumo do frango. Tanto que, dez anos mais tarde, em 1996 o consumo da carne de frango registrava incremento de 110% sobre 1986 e representava 52% do consumo de carne bovina (naquele ano estimado em 41,4 quilos per capita, o maior volume do produto já consumido no Brasil) (WILKINSON E ROCHA, 2005).

Nos anos 80, em função da recessão e do esgotamento das políticas estatais de incentivos, essa indústria passou por um processo de concentração e centralização do capital, adquirindo o perfil de oligopólio diferenciado, que afetou principalmente a avicultura paulista. Como as empresas existentes em São Paulo eram em sua maioria familiar, as mesmas foram adquiridas por grandes integrações sediadas nos estados do Sul.

Nos anos 90 a avicultura de corte, expandiu-se por outros estados, próximos aos centros produtores de insumos e crescendo para zonas com menor desafio sanitário, bem como um aumento da produção nos estados produtores do Sul e Sudeste.

Gráfico 1 - Evolução da Produção de Carne de frango 1990-2005 (Toneladas) nos principais estados produtores.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ANUALPEC (2010)

No Gráfico 1 verifica-se a evolução da produção de frango durante o período de análise destacando-se o Paraná como maior produtor nacional, seguido de Santa Catarina e São Paulo, este último que ultrapassou a posição de Rio Grande do Sul. A região Sul concentra ainda a maior produção, em decorrência da localização de grandes agroindústrias que dominam o mercado, tanto interno como externo, como também o sistema integrado que é a essência da avicultura do Sul. Apresenta uma integração vertical, onde os grandes abatedouros fornecem os pequenos proprietários os pintos de um dia, ração, assistência técnica e medicamentos e ficam

com os frangos produzidos, e os integrados são remunerados pelo serviço prestado e os valores pagos aos produtores são considerados irrisórios. Este processo gera em verdade uma profunda condição de dependência destes produtores e coloca a integração como ação estratégica das empresas na redução de seus custos de produção, considerando a especificidade dos ativos envolvidos no processo produtivo. Os galpões e equipamentos, por exemplo, são investimentos realizados pelos produtores e a empresa ainda deixa de ter a obrigatoriedade de imobilizar capital em terras para produção. O gráfico permite ainda visualizar pontos centrais de inflexão positiva na produção. A primeira se refere ao ano de 1994, que está determinada basicamente pelo aumento da demanda interna em função do plano de estabilização econômica que altera os padrões de compra da população.

Houve uma tendência de aumento da produção de frango em função dos benefícios recebidos pelos avicultores com a implantação do Plano Real, mas também, pela perda competitividade decorrente da valorização cambial, uma vez que seus custos estavam em grande parte indexados à moeda americana que, em contrapartida, encontrou oportunidade com o aumento da demanda interna e nos altos preços atingidos pela carne bovina, colocaram a carne de frango como primeira opção de consumo (IPARDES, 2002).

O brusco aumento de consumo per capita em 1995 de 23,21 Kg/pessoa não alcançou o limite de produção da avicultura brasileira e ainda havia alguma capacidade ociosa, sendo que em outubro de aquele ano foram alojados 223 milhões de pintos, concorrendo com um aumento nas instalações de matrizes.

Embora a região Sudeste tenha absorvido o modelo de integração do Sul, o estado de São Paulo, ainda possui 25% de produtores independentes, ou seja, não estava integrado a nenhuma agroindústria. Resultado que somente é possível devido ao grande número de abatedouros no estado. No entanto, tem havido uma forte tendência da diminuição do número de abatedouros, seja pela venda à indústria de maior porte, seja pela associação de menores empresas. Os custos da produção na região sudeste são maiores devido ao transporte dos grãos, já que eles representam mais de 60% dos custos da reação.

Por sua vez a avicultura conseguiu reduzir custos de produção simultaneamente com grandes aumentos na oferta que provocou a queda dos preços da carne de frango no varejo, ao passo que a produção de carne bovina cresceu mais lentamente e incorporou poucas reduções de custos de produção (WILKINSON E ROCHA, 2005).

No ano de 1996, o Brasil produziu 4,8 milhões de toneladas de carne de frango, registrando um aumento de apenas 0,8%, sobre o volume obtido no ano anterior. A reduzida variação de crescimento e o aumento das exportações resultaram na diminuição da disponibilidade interna, e uma redução no consumo per capita para 22,1 kg/pessoa. Esse é o segundo ponto de inflexão as exportações sofrem novo incremento com a Lei Kandir, em 1996, que passa a desonerar os produtos de origem agrícola destinados à exportação.

As exportações de carne de frango em 1997 aumentaram em 14% em comparação a 1996, e para 1998 as exportações tiveram uma queda, mas para 1999 aumentaram 26,8%, no primeiro caso o aumento decorre da forte crise recessiva que se estendeu até o início de 1999, sendo expressivo aumento neste último ano que se estabeleceu pela desvalorização cambial da moeda nacional, determinando o terceiro ponto de inflexão positiva na produção. A desvalorização cambial permitiu redução de preço, sem perda expressiva na margem de lucro dos grandes exportadores, beneficiados ainda com o ganho de escala, uma vez que em 2001, o setor ultrapassou a barreira do bilhão de dólares em exportações.

Em uma década o país mais que duplicou sua produção, apresentando crescimento de aproximados 223% entre 1993 e 2002. Este bom desempenho garantiu ao Brasil uma participação de aproximados 16% no total da produção mundial, fazendo com que em 2004, o país superasse as exportações americanas tornando-se o primeiro exportador mundial, expandiu mercados com posição ao cambio favorável, e efeitos dos surtos de *Influenza Aviaria* em várias partes do mundo e principalmente com a persistência do vírus na Ásia.

SISTEMA NACIONAL DE CREDITO RURAL (SNCR)

O Sistema Nacional de Credito Rural implantado em 1965, cumpriu um papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro (LEITE 2001).

O SNCR foi desenvolvido pelo governo com o intuito de: a) estimular o incremento dos investimentos rurais, inclusive para o armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; b) favorecer o custeio oportuno e adequado à produção, bem como à comercialização de produtos agropecuários c) possibilitarem o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; d) incentivar a introdução de métodos

racionais de produção visando o incremento na produtividade e a melhoria no padrão de vida das populações rurais e a adequada defeso do solo.

Leite (2001) sublinha dois grandes períodos na criação do SNCR, no primeiro temos um contexto inicial de concessão farta de créditos e subsídios aos produtores que se estende até 1980; um segundo período está pautado pela criação de Orçamento das Operações Oficiais de Credito (OC) atuantes para o exercício de 1988 que impõe uma transparência às operações de crédito e uma limitação no volume concedido. Não obstante, a crise fiscal brasileira que se estende por esta década passa a exigir nova dinâmica nas relações de crédito e, sobretudo o fim dos subsídios.

A grande predominância do crédito subsidiado ocorreu na década de setenta e tinha como objetivo básico expandir as fronteiras agrícolas e propiciar a modernização tecnológica da atividade. O cenário econômico da década de oitenta, que afetou todos os setores da economia, trouxe fortes mudanças. Anteriormente farto e subsidiado, o crédito, tornou-se escasso e com taxas positivas de juros e, ao lado dos benefícios introduzidos, os subsídios causaram deformações alocativas, propiciando a concentração de renda, uma vez que o acesso ao crédito era mais fácil aos produtores melhor informados, deixando à margem grande contingente de produtores, principalmente os pequenos e médios.

Destaca-se que o crédito rural, ao longo dos anos 1990, passou a apresentar uma redução em sua demanda, considerando que grande parte dos produtores apresentava uma posição conservadora em relação às mudanças da economia e os mecanismos de financiamento (taxas de juros reais, oscilação nas demandas e as experiências negativas com sucessivos planos econômicos). Quatro fatores têm sido importantes para a diminuição de oferta de crédito rural: a) redução dos recursos do Banco do Brasil e de outros bancos; b) reduções dos recursos pelas equalizações específicas, resultando menor demanda dos bancos; c) aumentos dos custos para os tomadores de recursos externos: a 63 Rural; e d) mudanças das estratégias bancárias sendo que o elevado endividamento dos agricultores tem contribuído para ocorrência dessas mudanças, sendo os bancos mais seletivos na sua liberação (GASQUES, CONCEIÇÃO, 2001).

O Banco Central destinou, durante a década de 1990, um volume substancial de recursos do Tesouro Nacional para financiar atividades agropecuárias no Brasil. Contudo, em 1990 o país se viu inicialmente em marcha acelerada rumo ao caos hiperinflacionário, resultado de uma política econômica inoperante e de um quadro de aguçada instabilidade, decorrente principalmente da incerteza dos agentes quanto às medidas a serem tomadas pelo novo governo.

Durante a década 90 se deram muitas mudanças na política econômica. No início a taxa de inflação anual, de março de 1989 a fevereiro de 1990, superou 3.000%, quando foi adotado o Plano Collor, cujo objetivo era romper com o processo inflacionário, mas esse plano foi de curta duração, em pouco mais de um ano a inflação havia retomado a sua trajetória ascendente e a economia passou a apresentar uma grave recessão. No início de 1991 foi adotado outro conjunto de medidas (Plano Collor II) que fracassou em meados desse ano. Para 1992 se agravou o problema de instabilidade monetária, a inflação em 1992 alcançou 2.700%, o que criou algumas condições para a adoção do Plano Real em julho de 1994 (GASQUES, CONCEIÇÃO, 2001).

Contudo, em meio ao contexto do início da década de 1990, com a retomada firme da inflação, elevação da taxa de juros, queda do poder aquisitivo, a avicultura, em 1990, apresenta um crescimento econômico muito superior ao do ano anterior, tanto no setor de carne como de postura, demonstrando que a avicultura de corte é uma atividade de importância econômica, pelo dinamismo num momento de crise; e de importância social, ajudando a alimentar a parcela mais prejudicada em meio da crise, a de menor poder aquisitivo, que busca fontes baratas de proteína.

A partir do Plano Real, a situação mudou consideravelmente: a taxa anual da inflação média caiu para 14,78% em 1995, mantendo a trajetória de queda em 1996 e 1997 e para 1998 abaixo de 5% (CARNEIRO, 2001).

Os efeitos positivos do Plano sobre a massa de baixa renda foi o aumento do salário real, pois a valorização cambial reduziu significativamente os preços dos produtos agrícolas de mercado externo e, indiretamente, dos produtos de mercado interno. A estabilidade econômica, o controle da inflação, gerou um melhor ambiente econômico favorecendo a expansão do crédito.

Nos últimos anos observa-se a existência de uma clara reorientação da política de crédito rural, seja a fim de reduzir a participação do tesouro, reduzir subsídios, aproximar a taxa de juro às vigentes para financiamento de longo prazo e canalizar recursos para melhora da produtividade e reestruturação produtiva do setor. Apesar das restrições, a equalização vem permitindo a ampliação das fontes alternativas. Os efeitos desta orientação são: redução da participação das Instituições Oficiais Federais no valor financiado entre 1995 e 1997; aumento da participação dos Bancos Privados.

O volume disponibilizado através do SNCR declinou sensivelmente ao longo dos anos 1980, especialmente no que tange ao crédito de investimento. De forma geral, o crédito de custeio, tem predominado na oferta monetária geral. Depois de uma queda contínua verificada

entre meados dos anos 80 e o período preliminar ao Plano Real, podemos observar uma oscilação no volume de recursos financeiros, com queda consecutiva em 1995 e 1996, e uma ligeira retomada em 1997, especialmente no que tange à modalidade custeio.

Para a agropecuária as linhas básicas de financiamento são custeio, investimento e comercialização, porém o presente trabalho restringiu-se às linhas de financiamento para custeio e investimento, dado que a comercialização tem pouca expressividade para este setor, considerando a perecibilidade e produção de ciclo curto.

Pode-se observar na Tabela 1 o número de contratos destinados para a produção de aves de corte na modalidade custeio. O estado de Santa Catarina consta com o maior número de contratos seguidos dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e como último o estado de Minas Gerais, se observa também que durante os primeiros anos da década de 1990 se concentrou o maior número de contratos destinados para esta atividade, tendo uma queda que começou no ano de 1994 até 1996, decorrente o financiamento em valores teve uma redução nesse período como se observa na Figura 6, recuperando-se nos anos seguintes, tendo um aumento significativo no ano de 1997 e 2002, a partir desse ano o crédito para esta atividade vêm diminuindo.

Tabela 1 - Número de Contratos destinados à modalidade Custeio da Avicultura de engorde para abate (1990-2005).

Ano	SP	MG	PR	SC	RS
1990	999	86	550	241	65
1991	1.788	172	906	2.727	48
1992	1.803	115	1.371	4.752	377
1993	847	54	1.483	3.471	103
1994	723	119	723	2.607	113
1995	377	114	336	1.234	81
1996	249	42	36	46	224
1997	384	85	73	1.039	964
1998	411	84	78	593	770
1999	320	61	136	1.375	958
2000	332	92	104	350	556
2001	393	92	128	108	508
2002	371	75	145	668	665
2003	391	148	157	424	186
2004	404	159	111	264	273
2005	334	125	131	124	277

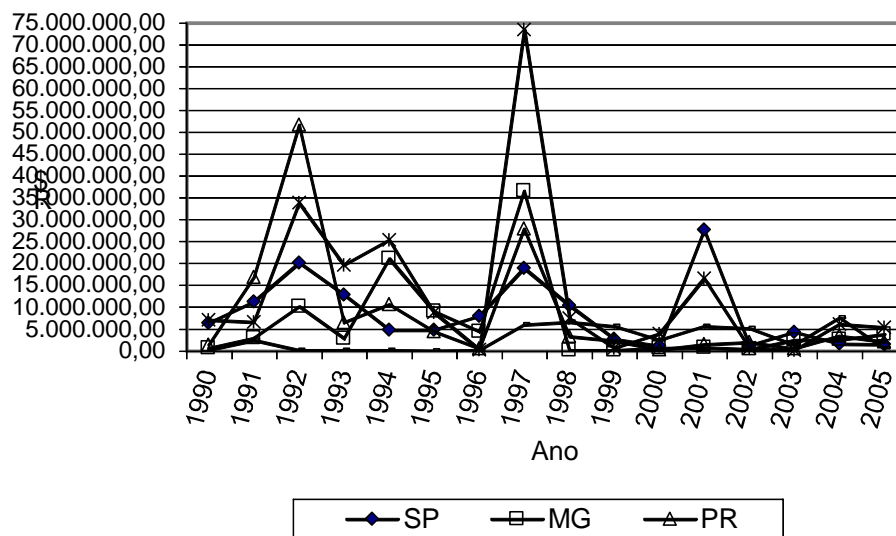
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

Entre as diferentes atividades da avicultura, a produção de aves para abate é a que tem recebido maior financiamento. Vale destacar, que esta atividade apresentou significativo crescimento durante a década de 1990, e obteve ganhos de competitividade.

No que se refere aos recursos liberados para avicultura de corte na modalidade custeio, no período de 1990 a 2005, a região Sul, concentrou 72,7% do total, que foram distribuídos da seguinte maneira: 39,7% para Santa Catarina, 15,0% para os Estado de Paraná e 17,9% para Rio Grande do Sul. A região Sudeste apresentava a segunda posição na liberação de recursos, no entanto a partir de 2005, esta posição passou a ser ocupada pela região Centro-Oeste, região de expansão da avicultura brasileira com a instalação de grandes plantas de produção. No período analisado o estado de São Paulo reuniu 13,5% e Minas Gerais 6,8% da distribuição total dos recursos. Cabe destacar que a região Sul mantinha a posição de maior produtora e exportadora de carne de frango como observado anteriormente.

Quantos aos recursos liberados para a produção de crias, na modalidade custeio nos anos de 1990 a 2005, estes foram alocados, em maior quantidade, para o estado de Santa Catarina, seguido por São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o que se destaca é que Santa Catarina também apresenta a maior quantidade de recursos para engorda de aves de corte, esse conjunção de fatores demonstra que a cadeia produtiva em Santa Catarina é mais completa que os demais estados que normalmente importam matéria prima e material genético para sua produção.

Gráfico 2 - Valores destinados à modalidade Custeio da Avicultura produção de crias (1990-2005).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

Os dados do gráfico 2 são importante para analisar a estrutura da cadeia produtiva, mas sobretudo, a capacidade, considerando tratar-se de produção de ciclo curto de responder às expectativas positivas e negativas de determinada conjuntura econômica. Evidentemente que os investimentos em crias não apresentam trajetória de expansão contínua como os gráficos de produção, mas revelam as expectativas do setor. Neste caso os pontos de inflexão positiva negativa são mais evidentes. Observa-se que os dois estados produtores de maior importância para avicultura de corte apresentam picos de demanda de crédito para as atividades de cria que coincidem com as inflexões produtivas. Os picos de demanda de 1991 a 1993 sofrem forte queda no período seguinte e se estende até 1996, quando novo pico de demanda se apresenta (1996-1998), retornando mais uma vez após o período de desvalorização cambial da moeda nacional (2000-2002), revelando as expectativas, sobretudo em 1996 e 2000, em relação ao mercado externo, dada a competitividade que o câmbio desvalorizado apresenta para o setor.

A avicultura destacadamente na produção animal é uma das atividades amparadas pela política de crédito rural, sujeita portanto à crescente restrição de recursos que vêm sendo destinados a essa finalidade, nas regiões produtoras, os avicultores recorrem costumeiramente ao crédito de custeio pecuário para fazer frente às despesas correntes da produção.

Então ao observar o desenvolvimento dos recursos na modalidade custeio para a atividade avícola, está mais direcionado à região Sul, nesta região, há existência de estratégia pública de trabalhar com custeio - recursos de curto prazo.

A Tabela 2 apresenta o número de contratos para a modalidade investimento granjas avícolas, onde se observa que o estado que tem mais contratos é o Paraná seguido de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Nos anos de 1995 e 1996 observa-se uma queda no número de contratos similar ao início da década, aumentando no ano de 1997, com uma queda nos seguintes anos, mas com recuperação no ano 2000, sendo os anos de 2004 e 2005 com maior número de contratos nesta modalidade. Em verdade com uma pequena variação de lapso de tempo, os contratos de investimentos na construção de granjas estão imediatamente após os períodos de expansão de crédito em crias. O crédito investimento tem uma posição mais conservadora, considerando a imobilização de capital por certo período, calculada a remuneração da atividade e o tempo de vida útil/depreciação do bem.

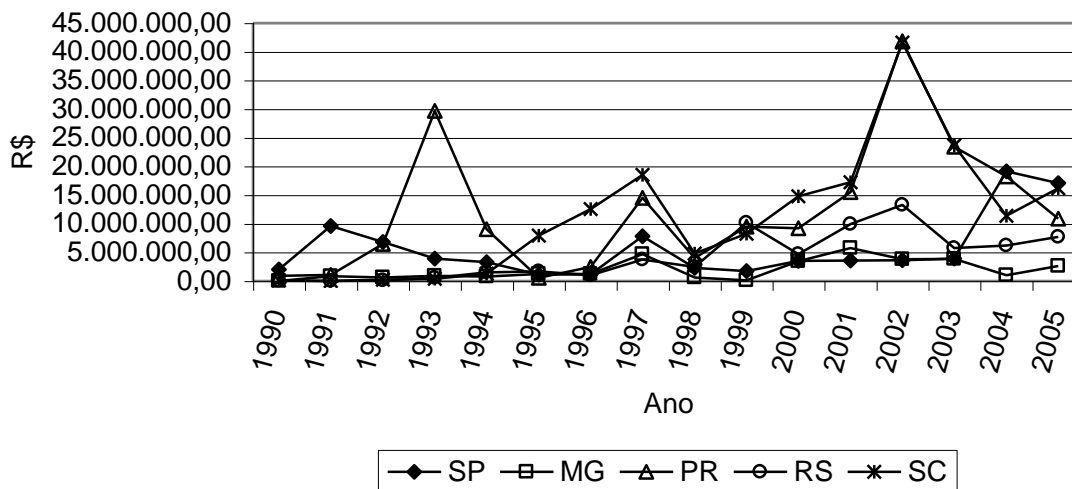
Tabela 2 - Número de Contratos destinados à modalidade Investimento Granjas Avícolas, abrange compra de equipamento necessário (1990-2005)

Ano	SP	MG	PR	RS	SC
1990	17	0	20	6	6
1991	107	2	23	3	3
1992	36	20	223	10	19
1993	28	16	1.094	45	46
1994	46	10	404	64	60
1995	26	16	22	55	66
1996	26	21	69	40	291
1997	156	337	325	156	437
1998	54	14	194	110	254
1999	31	6	320	249	365
2000	79	64	346	145	703
2001	98	172	458	252	661
2002	120	134	1.219	304	1149
2003	88	84	675	165	743
2004	323	162	368	207	456
2005	326	339	303	232	485

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

Paraná e Santa Catarina são estados que receberam os maiores valores como observado no gráfico 3. A modalidade de investimento refere-se aos valores destinados na melhora de infra-estrutura na propriedade ou estabelecimento, que inclui a aquisição de animais e construção de instalações, o que é necessário para o desenvolvimento das regiões. Observa-se que a evolução dos recursos difere cronologicamente da modalidade custeio e acompanha o comportamento em crias, como apontado e embora apresente curvas menos acentuadas, elas se apresentam imediatamente seguidas aos períodos de melhor desempenho da atividade, conforme pontuando anteriormente.

Gráfico 3 - Valores destinados à modalidade Investimento Granjas Avícolas abrange compra de equipamento necessário (1990-2005)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

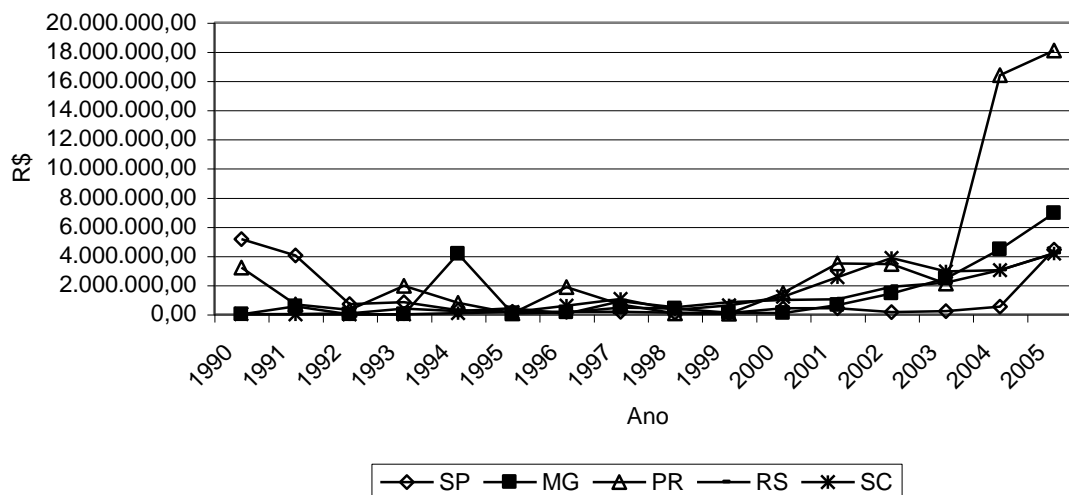
Os últimos dados de investimento, ainda que não permitam separar os volumes direcionados estritamente à produção avícola de corte e de poedeiras, revelam o comportamento das empresas do setor. Os dados reforçam a tese de que embora tenha ocorrido crescimento da demanda ele sempre esteve abaixo da capacidade produtiva do setor, sobretudo no que se refere ao material genético. Evidenciam ainda que esta produção esteve voltada basicamente ao mercado doméstico em decorrência do aumento desta demanda, visivelmente pelo comportamento do número de contratos (tabela 3) e da curva descendente no início da década, que se mantém inexpressiva até os anos 2000. Observa-se, assim, que somente com a desvalorização cambial, em 1999, e com isso a necessidade de fazer frente ao novo perfil de competitividade no mercado internacional, bem como, o contínuo atendimento do mercado interno é que a modalidade investimento passa a apresentar valores mais significativos. Tal fato evidencia que os créditos tomados ao longo da década de 1990, não representavam aumento da estrutura produtiva, por certo reposição dos equipamentos e infra-estrutura de produção para atendimento da demanda interna.

Tabela 3 - Número de Contratos destinados à modalidade Investimento abrange compra de aves e ovos (1990-2005)

Ano	SP	MG	PR	RS	SC
1990	146	0	28	2	3
1991	105	2	28	3	1
1992	61	0	21	6	0
1993	6	1	79	8	0
1994	3	4	15	11	25
1995	1	12	3	24	11
1996	6	3	35	2	44
1997	5	21	27	43	40
1998	2	14	3	21	19
1999	1	11	3	25	29
2000	14	6	57	48	70
2001	12	802	102	25	109
2002	5	2.617	106	89	136
2003	10	3.483	82	123	148
2004	118	6.039	247	148	125
2005	95	9.921	230	229	145

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

Gráfico 4 - Valor destinado à modalidade Investimento (aquisição de animais) abrange compra de aves e ovos (1990-2005).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Anuário Estatístico de Crédito Rural (1990-2005)

Em relação à modalidade investimento para a compra de aves e ovos, Tabela 3, o estado que apresenta maior número de contratos é o estado de Minas Gerais seguido de Santa Catarina,

Paraná, Rio Grande do Sul e, por último, São Paulo. Esse aumento no número de contratos no estado de Minas Gerais ocorre em 1994 retoma em 2001 e sendo mais significativo o ano de 2005, mas representa apenas a composição de um setor de reduzida representatividade no estado, mas o primeiro período de inflexão positiva não é suficiente para impactar o comportamento no país que é de posição conservadora.

No gráfico 4 destaca-se a posição dos estados do Paraná e Santa Catarina, Minas Gerais com os maiores valores de investimento e o cenário dos mercados internos e externos é que permitem maior segurança em tomada de crédito com um perfil de longo prazo no aumento e recomposição de matrizes.

Sem deixar de mencionar a participação do custo da ração na produção sendo que a avicultura é muito dependente do abastecimento dos insumos, basicamente o milho e o farelo de soja. Portanto, a política agrícola, que afeta a produção e o abastecimento de grãos, influencia fortemente o desempenho do setor avícola. Pode-se, dizer que a estagnação da produção nacional de milho tem sido um dos maiores entraves ao desenvolvimento da avicultura brasileira. Além disso, o setor é influenciado pela política econômica mais geral que afeta suas condições de operação e o mercado consumidor. As elevadas taxas de juros têm aumentado o custo de produção e dificultado o investimento na modernização das granjas, que ainda apresentam padrão tecnológico extremamente heterogêneo.

CONCLUSÃO

Verificou-se que a política de crédito rural, embora atravessasse períodos de inflexão negativa apresentou uma inserção na produção de frango de corte. Destacando que no estado de Santa Catarina os fluxos de recursos concentram-se na modalidade de custeio para a produção de frango e para produção de crias. A modalidade investimento destaca-se no estado de Paraná tanto para granjas avícolas como na compra de aves e ovos. A particularidade do estado do Paraná se estabelece pelo número de empresas integradoras e que apresentam parques de produção de material genético o que estimula o investimento para a renovação da produção, bem como a instalação de novos galpões com a finalidade de aumentar a produção avícola. Conclui-se que a trajetória de crescimento das atividades de produção de carne de frango apresentou novo dinamismo ao longo dos anos 1990, e esteve atrelada a capacidade de articulação do setor no

enfretamento de novas realidades macroeconômicas tais como: abertura comercial, política econômica (plano de estabilidade econômica, valorização e desvalorização cambial que alternam condições favoráveis à importação de material genético ou de ampliação da capacidade competitiva de preços, respectivamente). Além dos fatores externos, há fatores relacionados à indústria como: ganhos de competitividade; consolidada relação contratual, fortemente presente nos estados da região sul e estado de São Paulo, cujas estruturas verticalizadas acabam gerando mecanismos de controle e facilidades de liberação de créditos aos produtores por sistemas de aval de empresas integradoras, que se de um lado representa acesso ao crédito, por outro, amplia o grau de dependência já presente nas relações econômicas institucionais: a integração.

REFERÊNCIAS

CANEVER, M.D. et al. Mudanças tecnológicas na avicultura de corte: implicações sócio-econômicas. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v.7, n.1 p.5-10. jan./fev./mar. 1998.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise**. São Paulo: Unesp. 2001. 389 p.

FNP. **Anualpec 2010** – Anuário da Pecuária Nacional. São Paulo:FNP Editora, 2010.

GASQUES J.G., CONCEIÇÃO J.C.P.R. Financiamento da agricultura; experiências e propostas, In: GASQUES J.G. & CONCEIÇÃO J.C.P.R (org). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. 2001. cap.2, p. 95-155.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Análise da Competitividade da Cadeia Agroindustrial de Carne de Frango no Estado do Paraná**. Curitiba, 2002. 230p.

LEITE, P.S., Padrão de financiamento, setor publico e agricultura no Brasil. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre. 252p. 2001

MENDES, A A, SALDANHA, E. S. P. B. A cadeia produtiva de carne de aves no Brasil. In: Mendes, A A Macari. **Produção de frangos de corte**. Campinas: FACTA, 2004 356p.

WILKINSON J; ROCHA, R., Uma análise dos setores de carne bovina, suína e de frango. **Roteiro de estudos econômicos setoriais - avicultura**. Rio de Janeiro. Projeto SENAI/UFRJ, 2005 28p.